

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO: 2886/2022

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - LEITE, para atender as necessidades do CAPS i, CAPS AD, CAPS III e Hospital Maternidade Dr. Mario Dutra de Castro pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nas Requisições de Compras acostadas aos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitantes: Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro; Caps i; Caps AD; Caps III;

1.3. Fundamentação legal: Pregão Eletrônico via Registro de Preços, nos termos da Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;

1.4. Período: 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços;

1.5. Tipo: Menor preço unitário nos termos da Lei nº. 8666/93;

2. DA AQUISIÇÃO

2.1. A tabela a seguir demonstra detalhadamente o objeto deste Termo de Referência, bem como o número de itens e seus respectivos quantitativos:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
COTA EXCLUSIVA				
1	445997	Leite Longa Vida Tipo A - Desnatado UHT - Embalagem 1 litro	Litro	120
2	446000	Leite Longa Vida Tipo A - Semidesnatado UHT Zero Lactose - Embalagem 1 litro	Litro	96

COTA PRINCIPAL				
3	445995	Leite Longa Vida Tipo A - Integral UHT - Embalagem 1 litro	Litro	18.197
COTA RESERVADA				
4	445995	Leite Longa Vida Tipo A - Integral UHT - Embalagem 1 litro	Litro	6.065

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para o abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados. A presente proposição para aquisição de leite justifica-se pela necessidade de reposição do estoque do gênero alimentício, visando o bom e regular funcionamento das Unidades e Dispositivos de Saúde.

3.2. A presente aquisição de LEITE visa atender a demanda das Unidades na oferta dos alimentos aos pacientes, servidores, colaboradores e usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Nova Friburgo e regiões assistidas por estas unidades.

3.3. A aquisição dos alimentos - LEITE possui a finalidade de assegurar a manutenção das condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento das Unidades Requisitantes, contribuindo com a oferta de uma alimentação adequada e equilibrada para o desenvolvimento saudável de seus pacientes e demais usuários garantindo segurança alimentar e nutricional aos assistidos, bem como adequadas condições de saúde.

3.4. Importante ressaltar que o Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro encontra-se atualmente com o serviço de nutrição e alimentação hospitalar terceirizado, oriundo da contratação nos autos do processo licitatório nº 14087/19, que se encontra com Ata de registro de Preços de nº 069/21, vigente até 26/07/22.

3.5. Nesta conformidade, registra-se que o Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro somente requisitará os itens constantes no presente feito na ocasião do encerramento do serviço de fornecimento de alimentação, não ocasionando, desta feita, quaisquer prejuízos à Administração.

3.6. Tal medida visa garantir que a Unidade Hospitalar não fique desabastecida quando do encerramento da atual contratação, buscando contribuir de forma ininterrupta com a oferta de uma alimentação saudável às pacientes, acompanhantes, funcionários e demais assistidos.

3.7. Os quantitativos dos itens requisitados pela Gerência de Saúde Mental, foram baseados no histórico de consumo das Unidades consoantes ao Processo Administrativo de nº 14087/19, último procedimento licitatório para aquisição de Gêneros Alimentícios para atender a demanda das Unidades e Dispositivos de Saúde, conforme se comprova pelas planilhas anexadas aos autos.

3.8. Cabe ressaltar que o quantitativo dos itens solicitados pelo Hospital Maternidade Dr. Mario Dutra de Castro fora baseado de acordo com a requisição elaborada pela Unidade para suprir a demanda do ano de 2020. Frise-se, que conforme exposto pelo nosocômio, o serviço de alimentação encontra-se terceirizado desde junho/2019, conforme se comprova pelas planilhas anexadas aos autos.

3.9. Cabe ressaltar que foram incluídos os itens 2 e 3 visando melhora no atendimento as necessidades específicas de alimentação das pacientes internadas, não havendo acréscimo na quantidade total em relação a requisição anterior, por tratar-se de itens não comprados anteriormente sendo o quantitativo uma estimativa e em se tratando de Registro de Preços, não serão obrigatoriamente solicitados em sua totalidade.

3.10. O quantitativo requisitado atenderá a demanda das Unidades e Dispositivos pelo período de 12 (doze) meses e se dará através do regime de Sistema de Registro de Preços.

3.11. As especificações do objeto bem como seus respectivos quantitativos foram indicadas pela equipe técnica das Unidades Requisitantes, a qual se responsabiliza por todas as informações lançadas no presente, cabendo a servidora que ora subscreve, apenas a reprodução dos aspectos formais consoante a legislação vigente.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração

Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.1.1. As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei nº 11.101/2005).

4.2. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim, as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto, previsto no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programas de trabalho, abaixo especificados:

5.1.1. Elemento de despesa – 33.90.30.15;

5.1.2. Fonte de recurso – 007

5.1.3. Programa de Trabalho –

Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro: 30001.1030200852.203;

Caps: 30001.1030200832.198;

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.399.442/0001-79, AV. ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001;

6. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1. A entrega deverá ser fracionada conforme necessidade e solicitação da Unidade Requisitante com prazo não superior a 10 (dez) dias contados a partir do recebimento da nota de Empenho ou documento equivalente, o qual indicará o respectivo quantitativo, marca e demais informações importantes a respeito do item a ser entregue naquela ocasião.

6.2. Importante ressaltar que a entrega do objeto será de acordo com a necessidade da Unidade Requisitante, não havendo, desta feita, quaisquer prejuízos à Administração.

6.3. Os alimentos deverão ser entregues diretamente às Unidades Requisitantes de acordo com suas respectivas solicitações, nos endereços e horários arrolados abaixo:

6.3.1. Hospital Maternidade de Nova Friburgo - Travessa Antônio Fernandes Moreira, n.º 12, Centro, Nova Friburgo/RJ, de Segunda a Sexta-feira entre 08h:00min e 12h:00min.

6.3.2. Caps II - Avenida Comte. Bittencourt, n.º 142, Centro, Nova Friburgo/RJ de Segunda a Sexta-feira, no horário de 09h:00min às 17h: 00min.

6.3.3. Caps-i – Alameda Marques de Maricá, n.º 137, Parque São Clemente, Nova Friburgo/RJ, de Segunda a Sexta-feira, no horário de 09h:00min às 17h:00min.

6.3.4. Caps-AD – Rua Professor Frezze, n.º 84, Vilage, Nova Friburgo/RJ, de Segunda a Sexta-feira, no horário de 09h:00min às 17h:00min.

6.4. Os gêneros alimentícios serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na resposta.

6.5. Os gêneros alimentícios poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta,

devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6. Os gêneros alimentícios serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

6.7. Na hipótese de a verificação a que e refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da obrigação.

7. DA LIQUIDAÇÃO

7.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

8.2. A Nota Fiscal dos alimentos deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite a CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

9.2. Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento e demais seus anexos pertinentes;

9.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos gêneros alimentícios recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.4. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

9.5. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

9.6. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

9.7. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como aqueles previstos na Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

9.8. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

9.9. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.10. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecida no Termo de Referência e seus anexos;

9.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA;

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e locais constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e prazo de validade;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter-se, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.6. Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Saúde, para representá-la no cumprimento da obrigação;

10.1.7. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

10.1.8. Cumprir o objeto do presente Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, bem como na legislação em vigor;

10.1.9. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da obrigação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Saúde;

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1. Consoantes o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições contratadas, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

13. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

13.2. Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informados(as):

UNIDADE	SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
HMDMDC	ADRIANE DE JESUS SCHENQUEL	299.287	SUPERIOR IMEDIATO
	TANIA MARIA AMORIM COSTA	299.369	FISCAL TITULAR
	SÍLVIA VERLY SILVA	206.933	FISCAL SUBSTITUTA
CAPS III	SÂNDIA MELLO TOZATO	299.441	SUPERIOR IMEDIATO
	LUCIANA R. DE OLIVEIRA ÂNGELO	062.194	FISCAL TITULAR
	MAYARA MIKIE ONÓ N. MARCONI	207.645	FISCAL SUBSTITUTA

CAPS AD	CLAUDIA PIETROBON DE A MAFRA	299.138	SUPERIOR IMEDIATO
	ERICK DAUDT	115.142	FISCAL TITULAR
	BÁRBARA SALOTTO MARCHETTI	115.218	FISCAL SUBSTITUTA
CAPSi	KATYA ALEXANDRA G. S. LISBOA	207.758	SUPERIOR IMEDIATO
	CAROLINA GIANFALDONI VIANA	115.186	FISCAL TITULAR
	MILTON SERAFIM MOTTA	115.236	FISCAL SUBSTITUTO
ADMINISTRAÇÃO	CÉRES LOURENÇO TEIXEIRA	062.195	GESTORA TITULAR
	ANA CRISTINA FARIA DE JESUS	062.812	GESTORA SUBSTITUTA

13.3. Os fiscais da contratação anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da obrigação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição.

13.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

14. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

14.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos da Unidade Requisitante, os quais se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

15.2 Comete infração administrativa:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

15.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os interessados, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento de preços.

15.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

15.4.1. Advertência;

15.4.2. Multa;

15.4.2.1. Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

15.4.2.2. Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.4.2.3. Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.4.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

15.4.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior,

15.5. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

15.6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

15.7. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

17. DA RESCISÃO

17.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

17.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

17.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Saúde;

17.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

17.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Ana Cristina Faria de Jesus
Gestão de Processos, Contratos – SMS
Matrícula 062.812

Ratifico o presente Termo de Referência nos termos da Lei Federal nº 8.666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula: 106.137